

O objeto nulo indeterminado e a estrutura do sintagma verbal*

Lorenzo Vitral

Universidade Federal de Minas Gerais.
Doutor em Lingüística pela Université Paris VIII.

Resumo Este artigo analisa a estrutura temática dos verbos de atividade, de alternância e psicológicos (de acordo com Levin: 1992) que, discute-se na literatura, são verbos transitivos que podem ser “intransitivizados”. Nossa análise, baseada na proposta de Halle & Keyser (1993), propõe que, na sintaxe do léxico, esses verbos dispõem de uma categoria vazia que é interpretada como indeterminada.

1. Introdução

A ocorrência opcional de complemento com certos verbos portugueses tem colocado dificuldades para as análises tradicionais e gerativistas da transitividade verbal, baseadas na classificação de dois tipos de verbos, isto é, (1) verbos que exigem complemento; e (2) verbos que recusam complemento. Os verbos que temos em mente podem, à primeira vista, como nos exemplos (1-4), facultativamente, não dispor de complemento:

- (1) a. Mirtes já comeu o bolo.
b. Mirtes já comeu.
- (2) a. Aquele cachorro mordeu o Pedro.
b. Aquele cachorro morde.
- (3) a. A poeira incomodou o Manuel.
b. Poeira incomoda.
- (4) a. O político aconselhou o judiciário a não reindexar os salários.
b. O político aconselhou a não reindexar os salários.

Os quatro verbos das construções em (1-4) ilustram, cada um, classes de verbos que podem ora apresentar complemento, ora suprimi-lo. Essas classes foram descritas por Levin (1992), que as nomeia da seguinte forma: o verbo *comer*, assim como *beber*, *dançar*, *pescar*, *ler* e outros, são *verbos de atividade*; o verbo *morder*, e também *arrombar*, *atacar*, etc, são verbos de alternância; o verbo *incomodar*, da mesma maneira que *assustar*, *repulsar*, *frustar*, etc, são, como se sabe, *verbos psicológicos*; e, finalmente, o verbo *aconselhar*, bem como *avisar*, *notificar*, *alertar* e outros, são classificados como *verbos de alerta*.

* Este artigo é baseado na dissertação de mestrado de Filetti (1999), orientada por mim.

Há, pelo menos, dois tipos de análises para esse fenômeno na literatura. No primeiro tipo de análise, teria ocorrido, nos exemplos (b) de (1-4), um “cancelamento” do complemento. Há de falar, neste caso, em “intransitivização” de fato. Essa perspectiva, de inspiração funcionalista, adotada, por exemplo, por Perini e Fulgêncio (1987) e Barros (1992), defende a inadequação da classificação verbal binária em verbos transitivos e intransitivos. Para esses autores, é preciso incluir uma terceira classe de verbos que nem exigem nem recusam complemento. A presença do complemento fica, bem entendido, a cargo das intenções comunicativas dos falantes. A contraparte do fenômeno ilustrado por (1-4), ou seja, verbos intransitivos que podem ser “transitivizados” é também discutida por esses autores na busca de fundamentação para essa terceira classe verbal. Trata-se de exemplos como o seguinte:

- (5) João dormiu um sono tranqüilo
Ele morreu uma morte heróica.

Nesse exemplo, *dormir* e *morrer*, verbos intransitivos, dispõem, segundo os autores, de um complemento.

No segundo tipo de análise, que é formalista, a ausência de complemento de verbo transitivo pode ser vista apenas como a não-realização da matriz fonética do complemento, mas não de sua matriz sintática e semântica. Não haveria nesse caso o “cancelamento” do objeto ou a “intransitivização” do verbo transitivo. Como se sabe, essa linha de trabalho, inaugurada por Rizzi (1986), fez fortuna no Brasil, sobretudo, na descrição do objeto nulo de interpretação determinada ou específica, como no exemplo seguinte:

- (6) – Você encontrou o João?
– Encontrei.

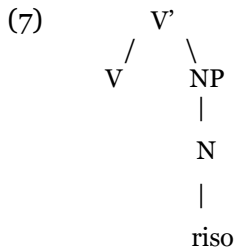
Nas análises gerativistas de orações como (6), a representação teórica da gramática leva em conta, como é sabido, a existência de componentes parcialmente independentes, ou modulares. Assim, a distinção dos componentes semântico, fonético e sintático da gramática interna permite-nos afirmar que uma entidade lingüística pode ser discreta num componente, ou em mais de um, mas não em todos eles. Considera-se, desse modo, que, em exemplos como (6), ocorre, na estrutura sintática, um sintagma nominal na posição objeto, identificado como um tipo determinado de categoria vazia, que é também interpretada no componente semântico. Essa categoria vazia não tem existência somente no componente fonético da gramática.

No nosso tratamento do fenômeno, levaremos em conta as intuições e propostas geradas pelas duas perspectivas de análise. Vou-me valer também de hipóteses desenvolvidas no artigo de Hale & Keyser (1993), que serão comentadas na seção 2, baseando-me em dados do português; e na seção 3, é proposta nossa análise.

2. Halle & Keyser (1993) e os Verbos Portugueses

Esses autores partem da idéia de que a representação adequada da estrutura de argumentos dos predicados é determinada sintaticamente. Nessa perspectiva, defende-se, contrariamente à hipótese lexicalista (cf. Chomsky: 1970), que processos e operações sintáticas tem incidência no léxico ou, dito de outro modo, as representações geradas nesse componente se deixam restringir por princípios sintáticos. Considera-se então haver uma certa simetria ou continuidade na formação das representações dos itens léxicos e dos arranjos sintáticos de que tomam parte.

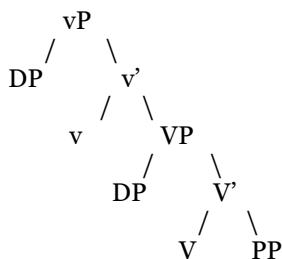
Os autores elaboraram essa hipótese a partir da análise de verbos denominais como *calve*, *lamb*, *bottle* e outros. Os equivalentes portugueses desses verbos são *encaixotar*, *engarrafar*, *selar* e similares. Segundo os autores, esses verbos são derivados de nomes por meio de processos de derivação que ocorrem no léxico e são restringidos por princípios sintáticos. O movimento de núcleo (*head movement*), também conhecido por incorporação (cf. Baker (1988) é, por exemplo, responsável pela formação dos verbos denominais. Vamos ilustrar o funcionamento dessa proposta tomando, como exemplo, a formação do verbo português *rir*. A projeção lexical inicial desse verbo contém uma categoria V abstrata e o complemento nominal *riso*:



Para obter o verbo *rir*, o nome *riso* se incorpora à posição V. Mais detalhes e justificativas dessa proposta ficarão a cargo do leitor que poderá consultar o artigo de Halle & Keyser e a literatura citada por eles.

Vamos apenas detalhar alguns aspectos dessa proposta, verificando a formação de itens verbais e a distribuição de seus argumentos através da noção de “concha verbal” (‘VP Shell’), que foi explorada, inicialmente por Larson (1988) e, posteriormente, por Chomsky (1995). Considere o exemplo seguinte e a representação de sua estrutura de argumentos:

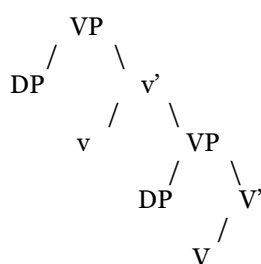
(8) a. colocar o livro na estante.



Nessa representação, que é a de verbos de objeto duplo como *colocar* e *dar*, o objeto direto é o DP que ocupa a posição de especificador de V' e o objeto indireto é o PP “irmão” de V . Para obter o arranjo sintático adequado, o verbo *colocar*, gerado em V , alça até a posição v que é um morfema vazio responsável pela atribuição do papel temático ao argumento externo que é o DP especificador de v' .

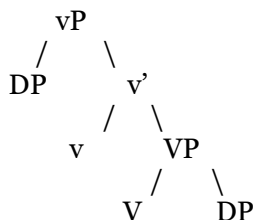
Por outro lado, na representação seguinte, essa posição de especificador de v' é a mesma que abriga, após o movimento, objetos como *a janela* em *quebrar a janela*. Verbos como *quebrar* são aqueles que podem participar de estruturas inacusativas como *A janela quebrou*:

- (9) a. quebrar a janela.



Por sua vez, com os verbos de atividade como *ler*, *comer*, etc, a estrutura é a que está em (10):

- (10) a. ler o livro.



Em (10), de acordo com a análise de Halle & Keyser, o objeto direto é gerado na posição DP que é “irmã” de V .

Vamos observar agora o seguinte contraste entre o comportamento dos verbos de atividade e os verbos que aceitam estruturas inacusativas:

- (11) a. João comeu muito
b. * O pastel comeu.

- (12) a. * João quebrou muito¹.
b. A janela quebrou

¹ Nossa análise lida apenas com o sentido primeiro, mais concreto, de verbos como *quebrar*. Como qualquer verbo, este verbo é polissêmico e permite também, como se sabe, por extensão metafórica, o significado de “ir a falência”, como em *A firma quebrou*. Este uso pode ser visto, na verdade, como um outro verbo, que terá sua própria estrutura argumental.

Como se vê, com os verbos de atividade, que aceitam “cancelamento” de complemento, não é possível construir uma construção inacusativa; já com os verbos que a aceitam, não ocorre “cancelamento” de complemento. Conforme vimos, a diferença de estrutura de argumentos desses verbos é que verbos como *quebrar* apresentam o objeto na posição de especificador de V' enquanto, no caso de *comer*, o objeto é gerado na posição “irmã” de V. Como se pode deduzir o contraste (11-12) a partir dessa variação na estrutura de argumentos? É o que veremos a seguir.

3. O objeto nulo indeterminado

Vamos observar inicialmente que, ao interpretar as orações b de (1-4), não parece ser possível afirmar que ocorra um cancelamento do complemento. Embora o objeto esteja não pronunciado, os falantes interpretam essas orações considerando que, em (1b), “Mirtes comeu algo”; em (2b), “Aquele cachorro morde qualquer um (que se aproximar)”; em (3b), “Poeira incomoda qualquer um”; e, em (4b), “O político aconselhou alguém (ou, uma instituição qualquer) a não reindexar os salários”. Assim, diferentemente de ocorrências como (6), o objeto é interpretado como indeterminado ou genérico. Não se trata, portanto, de “intransitivização” de verbos transitivos, que continuam a sê-lo pelo menos do ponto de vista da interpretação. É oportuno também contestar a “transitivização” alegada em orações como (5). Ora, nesses casos, embora os constituintes que aparecem após os verbos *dormir* e *morrer* sejam de natureza nominal, não nos parece o caso de analisá-los como complementos e sim como modificadores, de modo que permitem as paráfrases “João dormiu tranqüilamente (ou de modo tranqüilo)”; e, “Ele morreu heroicamente (ou de modo heróico)”. Note-se, além disso, que categorias nominais podem, com facilidade, desempenhar, em outros contextos, a função de modificador, como no exemplo seguinte:

(13) Ele chegou esses dias.

Nessa oração, apesar do traço de número, *esses dias* é interpretado como “num desses dias”.

Na nossa perspectiva, então, é preciso levar em conta, como é sabido, não haver uma correspondência biunívoca entre traços formais e traços semânticos, o que evita, como no caso comentado, a indistinção entre as noções de *classe* e *função*.

Estamos agora em medida de propor uma análise para o contraste entre (11) e (12). O objeto indeterminado, identificado em orações como (1-4), deve ser analisado como uma categoria vazia, da classe dos pronomes, isto é, **pro**, que é gerada no componente lexical. Essa categoria vazia ocorre, em orações como (11 a), na posição “irmã” de V, e, em orações como (12 a), na posição de especificador de V', como o mostram as representações abaixo:

(14) João [v [[comer] [cv]]]

(15) João [v [[cv] [quebrar]]]

Na derivação de (11 a) e (12 a), os verbos deverão se movimentar e ocupar a posição v, de forma a atribuir papel temático ao argumento externo. Ora, esse movimento é legítimo em (14), mas não em (15) se considerarmos que, nesse último caso, gerar-se-ia uma configuração na qual ocorreria um problema de Minimalidade, envolvendo movimento de *núcleos* no sentido da Teoria X-barras. Dito de outro modo, a configuração abaixo é ilegítima pois haveria uma categoria vazia, a do objeto indeterminado, se interpondo entre o verbo movido e a categoria vazia gerada na sua posição de origem:

(16) * João [quebrar] [[cv] [cv]]
v VP

Uma versão da Condição do Elo Mínimo (Minimal Link Condition (Chomsky: 1995), que não será discutida aqui, poderá prever o resultado de que precisamos em relação à configuração (16).

Analisemos agora mais de perto certas particularidades das orações (1-4) que mostram que o fenômeno do objeto indeterminado não pode ser descrito teoricamente de maneira homogênea.

Consideraremos que, no caso dos verbos de atividade e de alternância, o objeto indeterminado não tem representação no componente sintático, mas somente no léxico; enquanto, no que concerne aos verbos psicológicos e de alerta, esse objeto deve ser representado na configuração sintática. Em outras palavras, no caso das construções com verbos como *ler* e *morder*, o objeto nulo indeterminado não aparece na *Numeração* (cf. Chomsky: 1995), não sendo portanto um constituinte da oração. Nesse caso, faremos a hipótese de que o objeto se incorpora ao verbo no léxico, formando um predicado complexo (cf. Saraiva (1987), Rodrigues (1998), Baker (1998)) Já no caso das construções com verbos como *incomodar* e *avisar*, a categoria vazia que representa o objeto indeterminado aparece na *Numeração*, sendo assim um constituinte da oração.

Dois argumentos podem ser dados em apoio a essas suposições. O primeiro deles é o teste sintático do *controle* proposto por Rizzi (1986) que identifica ou não a existência de objeto nulo estruturalmente realizado. O fenômeno do *controle* diz respeito às possibilidades de correferência do sujeito do infinitivo por um elemento nominal que o precede na oração, como, por exemplo, em: *Eu impedir os meninos de sair*. Nesta oração, o sintagma nominal *os meninos* dá referência ao sujeito de *sair*. No nosso caso, importa saber se o objeto nulo pode determinar a referência do sujeito de uma oração infinitiva. Observem-se as construções seguintes:

(17) Manuel come/comeu muito antes de ficar pronto

- (18) A violência urbana preocupa/ preocupou muito na hora de sair de casa.
- (19) O cachorro morde/mordeu depois de entrar.
- (20) João avisa/avisou para não vender os dólares agora.

Pelo menos, dois aspectos devem ser levados em conta na avaliação do controle do sujeito do verbo que está no infinitivo: 1) o tempo do verbo (presente ou passado) e 2) a interpretação do objeto nulo (se indeterminado ou determinado). Vejamos os comentários de Filetti (op. cit, p. 60) acerca de dados como (17-20):

“quando se tem passado é possível o controle do infinitivo pelo objeto “implícito” por todas as classes de verbos. Porém, a interpretação do objeto, nesse caso, é definida [ou determinada]. Se o objeto “implícito” for interpretado como indefinido [ou indeterminado] e o tempo for passado, não é possível o controle do sujeito do infinitivo. Quando o tempo é presente, o controle pelo objeto “implícito” de interpretação indefinida [ou indeterminada] só ocorre com os verbos psicológicos e os de alerta”.

Essa descrição permite-nos destacar duas classes de verbos: 1) verbos cujos objetos nulos de interpretação indeterminada não podem ser controladores de sujeito no infinitivo e 2) verbos cujos objetos nulos de interpretação indeterminada podem ser controladores de sujeito no infinitivo. Os Verbos de atividade e de alternância exemplificam a classe (1) e os verbos psicológicos e de alerta ilustram a classe (2).

Essa análise vem, portanto, ao apoio da hipótese de que nas estruturas com os verbos da classe (2), o objeto nulo é um constituinte da Numeração, devendo, portanto, ser representado configuracionalmente; ao passo que nas estruturas com os verbos da classe (1), o objeto nulo é incorporado ao verbo no léxico, não se realizando sintaticamente.

O outro argumento favorável à nossa análise leva em conta a seguinte observação: não parece ser possível ocorrer um advérbio de modo “puro” – isto é, que não admite também a interpretação “orientada para o sujeito (cf. Jakendoff: 1972) – quando o verbo não exibe um complemento. Senão vejamos:

- (21) * Carlos saiu/ sorriu/ dormiu completamente.

Esse tipo de advérbio é adequado quando o verbo é transitivo:

- (22) O cão mordeu Carlos completamente.

Observemos a seguir que, quando temos um objeto indeterminado, um advérbio de modo não é legítimo com os verbos de atividade e de alternância:

- (23) * Aquele cão morde/mordeu completamente.

(24) *João lê/leu completamente³.

A impossibilidade de (23) e (24) mostra, assim, mais uma vez, que o objeto nulo indeterminado dos verbos de atividade e alternância não é representado na configuração sintática. Esse argumento enfraquece-se na medida em que também os verbos psicológicos e de alerta não admitem um advérbio de modo. No entanto, nesse caso, essa impossibilidade é independente da presença ou não do objeto realizado foneticamente e deve, portanto, ser atribuída a outras razões, que não exploraremos aqui.

4. Conclusão

Apesar de haver ainda certos pontos a serem explicitados, a análise proposta parece indicar a boa direção em relação ao tratamento do fenômeno do aparente “cancelamento” de objeto de verbos portugueses. Nossa solução, como anunciado, leva em conta as intuições dos dois tipos de análise encontradas na literatura: preservarmos o tratamento por meio da noção de categoria vazia, que é o recurso capaz de dar conta da real interpretação das orações, mas, ao mesmo tempo, admirtimos que, pelo menos para os verbos de atividade e de alternância, esse objeto nulo não se realiza estruturalmente na sintaxe. Encontramos também uma generalização que restringe a ocorrência do fenômeno do objeto nulo indeterminado. Trata-se, como vimos, do seguinte:

(25) Os predicados que apresentam um especificador de V' não dispõem de objeto nulo indeterminado.

Concluo afirmando que a noção de objeto nulo indeterminado é ainda valiosa porque permite-nos pensar uma simetria entre o que ocorre na posição do objeto e o que ocorre na posição do sujeito, que, como se sabe, admite, consensualmente, a ocorrência de sujeito nulo interpretado de forma indeterminada.

*Agradeço aos comentários de parecerista anônimo desta Revista. Os erros que subsistem são de minha responsabilidade.

³ É bem verdade ainda que alguns advérbios, à primeira vista, de modo, são mais bem aceitos em contextos como (23) e (24): *Aquele cão morde instintivamente/ João lê/leu grosseiramente*. Os chamados advérbios de modo, porém, não formam uma classe homogênea, isto é, há diferenças entre *completamente* e advérbios como *instintivamente* e *grosseiramente*. O primeiro é um advérbio de modo “puro”, ou seja, só incide sobre a ação verbal, não admitindo uma “leitura” orientada para o sujeito. Tal não parece ser o caso dos outros dois advérbios que também podem incidir sobre o sujeito (cf. Saraiva: op. cit. e Jackendoff: op. cit.). Devemos admitir, no entanto, a necessidade de uma classificação mais bem fundamentada no interior da classe dos advérbios de modo, o que está, infelizmente, fora do escopo deste estudo.

Referências Bibliográficas

BAKER, Mark. *Incorporation: a Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BARROS, Ev'angela. *Transitividade Verbal em Português*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de mestrado, 1992.

CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Massachusetts: MIT Press, 1995.

_____. Remarks on Nominalization, in: JACOBS R. A. e P. ROSENBAUM (orgs.). *Readings in English Transformational Grammar*. Massachusetts. Ginn & Company, Waltan, 1970.

FILETTI, Elisandra. *O Fenômeno de Objetos implícitos nos verbos do Português do Brasil*, Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de mestrado, 1999.

JACKENDOFF, Ray. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Massachusetts: MIT Press, 1972.

HALE, Ken & KEYSER, Samuel. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations, in HALE & KEYSER (orgs.). *The View from Building 20*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993.

LARSON, Richard. On the Double Object Construction, in: *Linguistic Inquiry*, n.º 19, p. 335-391, 1998.

LEVIN, Beth. *English Verb Classes and Alternation*, Chicago: University of Chicago Press, 1993.

PERINI, Mario & FULGÊNCIO, Lucia. Notas sobre a Transitividade Verbal, in: KIRST & CLEMENT (orgs.). *Linguística aplicada ao Ensino do Português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

RIZZI, Luigi. Null Object in Italian and the Theory of pro, in: *Linguistic Inquiry*, n. 17, 1986.

RODRIGUES, Geralda. *Reestruturação nas Miniorações*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de mestrado, 1998.

SARAIVA, Maria Elizabeth. *Buscar Menino no Colégio – a questão do objeto incorporado em português*. Campinas: Pontes, 1997.

VITRAL, Lorenzo. *Intransitivização Verbal e a Estrutura do VP*. Comunicação apresentada no XLVII Seminário do GEL. Bauru, 1999.